

Assembleia de Freguesia de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé, Miragaia, São Nicolau e Vitória.

ATA Nº 33

Aos vinte e oito dias do mês de junho do ano de dois mil e vinte e quatro, pelas vinte e uma horas, no edifício de Santo Ildefonso, pertença da União de Freguesias de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé, Miragaia, São Nicolau e Vitória, reunida para Sessão Ordinária da Assembleia de Freguesia, ao abrigo da alínea b) do Artigo 14º, da Lei 75/2013, no Salão Nobre Wilson Faria do edifício de Santo Ildefonso, sito na Rua Gonçalo Cristóvão, 187, 4000-269, no Porto, com a seguinte Ordem de Trabalhos: -----

1. Eleição de um Vogal da Junta de Freguesia, mediante proposta do Presidente da Junta; -----

2. Apreciação e Votação do Relatório Final do Fundo de Apoio ao Associativismo Portuense edição 2024; -----

3. Apreciação e Votação da 2ª Alteração Modificativa (Revisão Orçamental) de 2024 – inscrição do saldo de gerência de 2023; -----

4. Apreciação e Votação do Contrato de Cedência Temporária entre o Município do Porto e a União de Freguesias de Cedofeita, Sto. Ildefonso, Sé, Miragaia, S. Nicolau e Vitória do prédio sito na Rua de São Bento da Vitória, com entrada no nº 62; -----

5. Apreciação da Informação do Presidente sobre a atividade desenvolvida na Autarquia relativa ao período de 1 de abril e 31 de maio; -----

Verificaram-se as seguintes presenças: -----

Aqui há Porto-RM – Paulo António Constantino de Sá Pinto, Ana Maria Miguéis Martins e Sá, António Gil Brito da Cruz, Maria Cristina Vilares Lima Rothes Barbosa Silos de Medeiros, Abel Magalhães; José Manuel Oliveira Martins. -----

Partido Socialista – António Fernando da Silva Oliveira, Sandra Maria Ribeiro Mondim, Abílio Pereira dos Santos, Abílio Manuel Pacheco Rodrigues. -----

Partido Social Democrata – Ernesto Preto Paulo Galego, Ricardo Jorge Loureiro Baptista, Tiago João Peixoto Fonseca, Tiago Filipe Alves Moutinho. -----

Bloco de Esquerda – Ricardo Lafuente Monteiro, Teresa Marisa Alves Martins. -----

CDU – João Duarte Gonçalves, Vítor Vladimiro Cardoso Vieira. -----

PAN – Natacha Gambini Doria Meunier. -----

Faltas: -----

Aqui Há Porto-RM – Mário José Machado Faria e Almeida Praça substituído por Paulo António Constantino de Sá Pinto, Gianpiero Freire de Zignoni substituído por Ana Maria Miguéis Martins e Sá, Alexandre Nuno Azevedo Vieira Pinto substituído por António Gil Brito da Cruz. António José Cardoso de Barros substituído por José Manuel Oliveira Martins. -----

Handwritten signature and initials in blue ink.



PSD – António Miguel da Costa Cardoso Antunes substituído por Tiago Filipe Alves Moutinho. -
BE – Mário Augusto de Sousa Moutinho substituído por Ricardo Lafuente Monteiro. -----
Executivo – Estiveram presentes os seguintes membros: Nuno Filipe Teixeira da Cruz (Presidente) e os Vogais: Rui Pedro da Silva Cavalheiro (Tesoureiro), Ângela Maria Figueiro Cintra -----

Presidente da AF – Deu início aos trabalhos a um ritmo mais brando enquanto aguarda que cheguem os restantes deputados que informaram por SMS que estavam a chegar. Deu nota que a mesa está incompleta, mas iria proceder à leitura do edital e depois à chamada para confirmar as presenças nesta Assembleia estiveram presentes dezanove deputados. -----
Perguntou se alguém se oponha que Paulo António Constantino Sá Pinto ocupa-se o lugar de segundo-secretário na mesa, não houve nenhuma objeção. -----
Foi dada oportunidade ao público de intervir, mas não houve ninguém e passou-se à intervenção das forças políticas. -----

Teresa Martins (BE) – “Pelo reforço da verba destinada à Junta de Freguesia no Orçamento Municipal para 2025” - Durante anos não houve atualizações nos valores transferidos para as Juntas de Freguesia através dos contratos Interadministrativos, mas em 2019 foi revisto para o valor de três milhões e oitocentos mil euros. Este reforço de cerca de quinhentos mil euros, representou na altura um aumento de apenas quinze por cento, não acompanhando o crescimento dos orçamentos municipais de sessenta por cento entre 2014 e 2019. O valor em 2024 foi de quatro milhões e quatrocentos e sessenta e quatro mil euros, sendo um aumento de dezassete por cento desde 2019. Enquanto o orçamento municipal cresceu cerca de quarenta por cento durante o mesmo período. Para 2024 as verbas a transferir para as Freguesias via orçamento colaborativo e o fundo de apoio ao associativismo portuense, mantiveram-se inalteradas. Estas verbas destinam-se ao financiamento de projetos de entidades terceiras e não ao reforço da atividade e dos serviços prestados pelas Juntas de Freguesia. A CMP anunciou que a verba a transferir através dos contratos Interadministrativos, será reforçada em apenas três por cento em 2025, fica muito aquém das necessidades e expectativas das Juntas de Freguesia, em especial para fazer face à atualização das despesas, por exemplo com salários devido à inflação. Com a pandemia Covid-19, a invasão da Ucrânia, o crescimento da inflação e das taxas de juro, entre outros fatores, vieram colocar novos desafios às autarquias, nomeadamente ao nível da ação social e do apoio às populações mais vulneráveis. As Autarquias dispõem de meios e conhecimentos essenciais nas respostas às carências socioeconómicas das populações, sendo responsáveis por serviços públicos fundamentais e contando com trabalhadores e trabalhadoras que conhecem bem o território e as suas necessidades. Os contratos Interadministrativos em vigor referem expressamente a possibilidade e citou: “No futuro poderem vir a ser reponderados. O âmbito e os pressupostos destes contratos Interadministrativos.” Neste sentido, justifica-se uma revisão substancial da verba global a transferir para as Freguesias no próximo orçamento municipal para 2025, com vista ao reforço da sua capacidade e meios para prestar apoio às populações mais vulneráveis, designadamente em matéria de ação social. Neste sentido sugere-se ao sr. Presidente da União de Freguesias que diligencie, junto à CMP, para a elaboração do orçamento municipal e das grandes opções para 2025, seja reforçada a verba global a transferir para as Freguesias no âmbito dos contratos de delegação de competências, para o reforço da atuação em matéria social. No âmbito das competências do sr. Presidente defenda junto da CMP uma atualização superior aos três por cento anunciados, sendo revista a atualização prevista para 2025. -----

Natacha Meunier (PAN) – Referiu estar surpresa, pois esteve ausente algum tempo e quando regressa continua a não haver transmissão das Assembleias de Freguesia. Volta a pedir que





União de Freguesias
de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé,
Miragaia, São Nicolau e Vitória.




seja célere neste processo, tal como outras Freguesias já o foram e não há compreensão possível para ainda não ter sido implantada nesta União de Freguesias do Centro Histórico. Lamenta a ausência e falta de iniciativa do Executivo, em dar seguimento ao que se concretizou no ano passado de forma histórica. A recomendação apresentada pelo PAN e aprovada pela Assembleia no ano anterior, demonstra a clara vontade de a maioria em expressar ativamente o seu apoio desta Junta à causa LGBTQIA+, que se constatou pela presença de várias freguesas e fregueses para assinalar o momento do hastear da bandeira no ano passado. A democracia tem de ser feita para todas as pessoas, como roga a nossa Constituição, a democracia tem de garantir os direitos de todas as pessoas e o seu reconhecimento pleno na sociedade. A democracia deve ser vigilante, ativo na manutenção do progresso, sob pena se observarem retrocessos civilizacionais. Infelizmente em Portugal de 2024 ainda há a necessidade de uma luta contínua da Comunidade LGBTQIA+ pela não discriminação, pela igualdade, pela justiça. Lança o repto ao executivo que pondere assinalar de forma inequívoca o seu apoio e reconhecimento à Comunidade LGBT, hasteando a bandeira arco-íris a tempo da Marcha do Orgulho. Onde há vontade, tudo se faz. -----

Ricardo Baptista (PSD) – Disse que para ele era uma surpresa, nas últimas assembleias falaram, e não se sabe o que se passa, porque não está a ser feita as transmissões? Quando existe um regulamento aprovado por esta Assembleia, o que falta? Depois gostaria de saber em que ponto de situação se encontra a compra e candidatura às obras do edifício. Em relação aos Protocolos também falta publicar alguns, saber o que se passa. -----

Fernando Oliveira (PS) – Veio apresentar um pedido à Junta e não é uma intervenção da Bancada do Partido Socialista, mas ainda antes desse pedido informou que não houve tempo para o fazer por escrito, de preparar um Voto de Congratulação com a eleição e consequente nomeação do ex-Primeiro-Ministro Dr. António Costa, para Presidente do Conselho Europeu, expressa aqui os votos de congratulações com esse feito. Passou para o pedido que um Município fez em 16 de abril à CMP, e que já foi aqui falado pela camarada Sandra Mondim e não foi há muito tempo. É sobre o problema na Rua das Musas e toda a zona envolvente, relatou a carta de uma munícipe em que dizia já ter sido comunicado á CMP, sobre a degradação da Rua das Musas e ruas envolventes, onde neste momento passam camiões de um empreendimento em construção, ruas que já estavam em avançado estado de degradação e com a passagem dos camiões tem vindo a ficar pior. Há valas nas ruas, dificultando o acesso dos moradores. Sendo uma zona onde a maioria dos moradores são idosos, muitos com dificuldade de locomoção. Muitos só saem para ir a consultas médicas e normalmente chamam um táxi, mas estes recusam-se subir a rua da Fábrica Social por medo de danificarem os automóveis. Os bueiros entupidos devidos às areias arrastadas, passeios partidos, tortos e degradados sendo impossível caminhar neles. Os camiões não têm angulo para fazer as curvas e já danificaram fachadas das casas que são propriedade da Domus Social. Ainda relatou que o pai desta munícipe com setenta anos e invisual caiu, partiu duas costelas, devido à degradação de toda a zona. Disse que este relato é suficiente para demonstrar os problemas que existem naquela zona. Como a Junta de Freguesia tem um gabinete de ocorrências, solicita ao Sr. Presidente da Junta que através desse gabinete em conjunto com a CMP a possibilidade da resolução destas questões, que de facto são urgentes de se resolver. -----

Sandra Mondim (PS) – Dirigiu-se à sra. Deputada do PAN e pediu a permissão de subscrever o que ela disse sobre a data que se assinala. No ano anterior esteve presente, e este ano não se sinalizar da mesma maneira do ano anterior, parece um retrocesso. O Partido Socialista nos seus cinquenta e um anos de existência, prima pela democracia. Onde a inclusão e o respeito são fundamentais e nesse sentido subscrevem o que disse a Sra. Deputada. -----

Handwritten signatures and initials in blue ink.



União de Freguesias
de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé,
Miragaia, São Nicolau e Vitória.

Felicitou a União de Freguesia, por apresentar uma rusga, embora classificação não foi a desejada, pode assistir e foi um espetáculo interessante. Referiu que pode assistir por ter sido convidada pelo Presidente da Junta de Campanha. -----

Presidente da AF – Disse que o Presidente da Junta queria responder, mas que este momento era só das forças políticas, mas se querem dar essa oportunidade estava de acordo. -----

Presidente da Junta – Começou por responder ao Sr. Deputado do PSD que em relação ao prédio, estava à espera da resposta. Sobre a transmissão da assembleia, referiu que é da competência do Presidente da Assembleia, informou que estava em condições de se fazer a transmissão. Assim que esta Assembleia disser para fazer, então a Junta tratará de tudo para que seja assim. Ainda esta semana vai reunir com DPO, porque como não tem conhecimento jurídico para dizer se pode ou não pode. Assim que for solicitada a transmissão ele fará isso, até lá não tem competência na assembleia para transmitir e ou declarar irregular. Sobre a Fontinha, realmente está com maus acessos, mas as obras são necessárias e não pode dizer que não quer obras ali. Há um compromisso da parte do empreiteiro de os acessos depois de terminar a obra serem reabilitadas as ruas. Agradece à Srª Deputada Sandra Mondim por parabenizar e ele próprio parabeniza os fregueses que se envolveram nas rusgas, as associações e coletividades. Não foi a classificação que desejavam, mas ele viu a qualidade de todas as rusgas e todos as uniões e Freguesias estavam com um nível muito elevado. Sente-se orgulhoso de ver as seis Freguesias que sempre competiram nas rusgas a unirem-se e fazer uma rusga linda. Não foi possível convidar a Srª Deputada porque só havia dez convites e não chegava para todos os deputados da Assembleia, e optou por dar os convites para associações que pediram porque tinham familiares, etc. -----

Presidente da AF – Disse que ele próprio ou a Mesa não recebeu convite. Antes de entrarem na Ordem do Dia quis fazer algumas considerações, nomeadamente pelo que foi dito pelo PAN e pelo PSD relativamente às transmissões da Assembleia, recorda que isto vem desde 18/04/2023 e mencionou o art.º 37 “As sessões da Assembleia são públicas, sendo destinado ao público um espaço para assistir às sessões. Às sessões e reuniões deve ser dada publicidade, com menção do dia, hora e local da sua realização, de forma a garantir o conhecimento das pessoas interessadas, sempre que possível, com uma antecedência de dez dias ou cinco dias sobre a data das mesmas, sendo estas ordinárias ou extraordinárias, respetivamente. O público só pode ocupar os lugares sentados no espaço que lhe for reservado” e mencionou o art.º 38 do Regimento sobre Gravação e transmissão das sessões “As reuniões da Assembleia poderão ser registadas em áudio para ajudar à redação das Atas. As reuniões poderão também ser gravadas em formato de vídeo e transmitidas, nos termos de regulamento a aprovar por esta Assembleia. As gravações áudio e vídeo serão conservadas em arquivo próprio” disse ainda que sobre este arquivo próprio é que tem a figura do DPO. O Regulamento foi aprovado por todos e por unanimidade no mesmo dia. Tem até a forma e a declaração de consentimento da transmissão das emissões e todas as situações estão salvaguardadas. Isto está nos mesmos moldes, aprovado da mesma forma que Assembleia Municipal do Porto fez em relação às suas transmissões. O regulamento da Assembleia Municipal e este regulamento a diferença não é muita, e ainda disse que está no site da União de Freguesias pelo menos desde abril do ano passado e não houve nenhuma contestação. Estando no site público, está à vista de toda a gente e não houve qualquer contestação. A Mesa é favorável às transmissões, o executivo é que deverá ter a capacidade técnica, a exigência do DPO e demais formalidades que são necessárias. Quanto a valores isso é com o Sr. Presidente da Junta que dará informação a esta câmara. O DPO sabe, que é uma questão pertinente, mas quanto ao resto, está salvaguardado todas as questões em relação à

4



ASSEMBLEIA
DE FREGUESIA



União de Freguesias
de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé,
Miragaia, São Nicolau e Vitória.

legalidade das transmissões e o próprio regimento remete para o regulamento que foi aprovado. -----

Teresa Martins (BE) – Referiu que o que aconteceu agora foi uma nova justificação: afinal a responsabilidade não é do Presidente da Junta, mas sim do Presidente da Assembleia. Foi isto que aconteceu e todos viram. Era as questões técnicas, depois o DPO e agora tem de ser o Presidente da Assembleia. Ficou claro que pela Assembleia e o seu Presidente não há questão nenhuma. Ou seja, o que é da responsabilidade da Assembleia e do seu Presidente está tudo ultrapassado e não há questões. Considera-se que existem condições para que isto aconteça, tal como já foi oficializado e votado o regulamento. Quis deixar explícito que o que se passa aqui é um empatar a transmissão das Assembleias com diferentes argumentos. Da próxima vez que viermos aqui vai haver outro argumento qualquer. Portanto se todas as Assembleias conseguem transmitir, do ponto de vista técnico, julga que não será nada de exceção, até porque já foi transmitido e são transmitidos imensos eventos da União de Freguesias, frequentemente nas Redes Sociais da Freguesia e não há qualquer problema, nem problema com a proteção de dados das pessoas que lá estão. Mas para a Assembleia que são pessoas eleitas que sabem para o que vão, já há problemas. Isto não faz sentido, e não há maneira de continuar a arranjar desculpas para que não seja transmitida as Assembleias de Freguesia. -----

Presidente da AF – Disse que ele e o Presidente da Junta vão acertar as transmissões. -----

Presidente da Junta – Referiu que a competência é do Presidente da Assembleia, não é competência do Presidente da Junta, os eventos da Junta são da competência dele e por isso é da sua responsabilidade essas transmissões. Tem de ser o Presidente da Assembleia a dizer que quer a transmissão e então ele fará tudo para que assim seja. -----

Presidente da AF – Disse que foi o Sr. Presidente da Junta que iria procurar uma resolução técnica por causa do DPO. -----

Presidente da Junta – Informou que entregou um documento que punha em questão as transmissões e que foi o Sr. Presidente da Assembleia que tomou a iniciativa de suspender as transmissões, e não ele pois não tem competência para transmitir ou não. Essa competência não lhe pertence. O Presidente da Assembleia é soberano e se na próxima Assembleia ele disser para ser transmitida, então tudo fará para que seja. Ele como Presidente da Junta responde pela transmissão dos eventos da Junta. O Presidente da Assembleia responde por ela. São coisas distintas. -----

Presidente da AF – Referiu que pensava ter sido claro. Após ter sido aprovado o regulamento e o regimento, ficaria à responsabilidade do Presidente da Junta a questão do DPO. Assim, nada obsta que na próxima Sessão da Assembleia seja feita a transmissão. O Sr. Presidente da Junta tem competência executiva e financeira para resolver. As pessoas que estiverem na assembleia terão de cumprir o regulamento que aprovamos. Na próxima Assembleia o Sr. Presidente verifica a questão técnica e do DPO. O regulamento salvaguarda as questões jurídicas. Deu por finalizado este assunto. Relembrou que não se importa que os deputados intervenham, mas isso cria problemas na transcrição da ata, o ideal seria ter um microfone em cada mesa, e cada um que falasse ficaria registado. Isto a propósito de outro assunto que quer referir, as atas tem sido “um bico d’Obra”, principalmente as duas do ano anterior. No interregno, houve eleições e São João pelo que foi um período conturbado. Há duas atas do ano passado por aprovar e mais sete deste ano e apela ao Sr. Presidente da Junta para que faça as melhores diligências de forma acelerar a redação das mesmas, e que seja disponibilizado os meios necessários quer humanos, tecnológicos e tempo para que este processo seja mais célere. Temos a colaboradora / trabalhadora / funcionária Ana Maria, que é excelente. Mas tem de gravar o disco e depois levar e transcrever, se calhar seria melhor





gravar em cloud, uma pasta partilhada e a Ana Maria no seu local a poder aceder sem ter de gravar em disco. É uma sugestão. Outro assunto, entrou uma renúncia a treze de junho de Natacha Santos, do Movimento Aqui Há Porto. Deste modo, há um elemento que precisará de ser substituído na bancada do Movimento e a pessoa que sucede, António José Cardoso de Barros, não está porque também pediu substituição. Há também um pedido de renovação do pedido de suspensão do mandato a Erica Rodrigues do Partido Socialista pelo mesmo período de seis meses. Outro ponto, é uma chamada de atenção para algumas pessoas em matéria de substituição, justificação de ausências, fica ligeiramente confuso. Há pessoas eximias e tratam disto de uma forma clara. O papel de líder de bancada tem de ser facilitado, o líder de bancada é responsável por garantir a composição e dá trabalho. O membro que falta é que é responsável por garantir a sua substituição. Questionado se era obrigatório, o Presidente da Assembleia, respondeu que estava no regimento que também foi aprovado pelo deputado que questionou, no regimento há um formulário que alguns deputados usam. Disse que cada bancada trata dos assuntos como entender e que só está a falar para que possa facilitar o trabalho dos líderes de bancada. Em relação às justificações deveria haver um pouco de mais dignidade. Após estes esclarecimentos entrou na Ordem do Dia. -----

Um deputado pediu a interrupção por dez minutos, Presidente disse que sim, mas que depois iria dar menos tempo nas intervenções. -----

Presidente da AF – Deu início à OT – “Eleição de um Vogal da Junta de Freguesia, mediante proposta do Presidente da Junta”. -----

Presidente da Junta – Propôs o Sr. Abel Magalhães para subir ao executivo. -----

Vítor Vieira (CDU) – Disse que parece um ritual quase de aspetos religiosos. O Movimento Aqui Há Porto obteve uma maioria relativa e acordou com o PSD uma solução de eleição de vogais que se comprovou ser ilegítima, levou a uma nova solução que não fosse ilegal, mas essa solução tornou-se instável e com isso foi necessário a eleição de novos vogais do Movimento Aqui Há Porto – Rui Moreira para substituir os vogais do PSD que se demitiram. O último vogal do PSD não só se demitiu como renunciou e corre o risco de ser declarado a perda de mandato por incumprimento das regras mínimas, o que é desprestigiante não só para a pessoa e seu partido como para a própria democracia. Depois de sucessivos adiamentos, acabou por ser votada uma proposta apresentada pelo Senhor Presidente da Junta, mas que por apenas ter recebido seis votos favoráveis e treze brancos, não permitiu a eleição. Hoje tal como na sessão anterior, é apresentada mais uma proposta de eleição de vogal que deverá resultar na mesma indefinição. A CDU reitera o entendimento que se continua a aplicar o raciocínio invertido no parecer da CCDR no acórdão de 19/01/2023 do Supremo Tribunal Administrativo, num processo similar, considerando ainda que um mero parecer da CCDR não se pode sobrepor a jurisprudência afirmada por Tribunal Superior. A CDU recusará participar nesta votação incongruente. -----

Presidente da AF – Deu início à votação. -----

Presidente da AF – Fez a contagem dos votos. Votos Brancos onze, Votos a favor seis. Este ponto não foi aprovado. -----

Natacha Meunier (PAN) – Disse que mais uma vez se verifica o mesmo resultado, e faz repto para que se volte à normalidade da composição do executivo, para que o atual executivo e o Sr. Presidente possam tentar chegar a uma solução que faça jus e manifeste claramente vontade da Assembleia e dialogar na perspetiva de repor essa normalidade. -----

Presidente da Junta – Respondeu à Senhora Deputada que não há qualquer irregularidade no executivo, que está completo. A lei diz que o membro que pede renúncia terá de se manter no executivo até ser substituído. -----



União de Freguesias
de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé,
Miragaia, São Nicolau e Vitória.

Presidente da AF – Deu por esclarecido este ponto e passou ao segundo ponto. Apreciação e Votação do Relatório Final do Fundo de Apoio ao Associativismo Portuense edição 2024. -----

Presidente da Junta – Começou por congratular o executivo, assim como as colaboradoras da União de Freguesias e a Dr.^a Alexandra Cachucho que fez toda a assessoria. De ano para ano tem aumentado o número de candidaturas, este ano foram cinquenta e uma, das quais vinte e sete foram eleitas. Não ficou nenhuma candidatura de fora, foram apoiadas todas as associações na elaboração das candidaturas. De forma que todos os documentos estivessem de acordo com os requisitos. A União de Freguesias é a primeira Freguesia a resolver o processo colaborativo e o associativismo e por essa razão, agradecer às colaboradoras que trabalharam incansavelmente para que tal acontecesse. O executivo e o júri foram pessoas fantásticas que conseguiram analisar cinquenta e uma e eleger vinte e sete. -----

João Gonçalves (CDU) – Disse que mantém a crítica que tem sido sistematicamente feita e cita pela repetição na falta de um regulamento claro e simples e de medidas de divulgação adequadas. Este apoio tão necessário para as associações tornou-se um pesadelo burocrático e a sua abrangência foi dramaticamente reduzida. Não questionamos o mérito das propostas selecionadas, nem o rigor da apreciação do júri, que desta vez propõe apoiar vinte e sete mais seis quem em 2023. Pela primeira vez apoiadas foram doze candidaturas. As verbas variam entre pouco mais de seiscentos euros até aos dez mil euros. As associações mais frágeis e vulneráveis ficaram de fora e nem sequer concorreram. Continua a existir Associações que são contempladas com apoios em várias Freguesias. São situações questionáveis, mas tal como anteriormente, votam a favor, porque existiu uma aproximação da distribuição abrangente. Mas continua a criticar o processo da forma que tem sido conduzido nos últimos anos. -----

Presidente da Junta – Questionou o Deputado João Gonçalves sobre alguma associação vulnerável que tenha ficado de fora da candidatura, pede que seja encaminhada ao executivo para que possa ser apoiada. -----

Sandra Mondim (PS) – Referiu que critica a falta de documentos tal como no ano anterior o criticaram, uma situação colmatada com a junção da ATA onde foi apreciada a proposta para depois vir á assembleia, mas tal como já tinham dito era importante juntar à ATA que delibera a constituição do Júri e isso não foi feito. O critério para tal continua sem se saber. Ao consultar o relatório encontram instituições que deixam dúvidas em relação à atuação dessa associação, mas também com os objetivos propostos e o apoio que se dá a esses objetivos. Como exemplo a associação com a candidatura com o número três para eventos culturais, fados, arraiais de música e sardinha assada, a pergunta é qual a periodicidade e quando o vai ser? Aparentemente são apoios para um ano e isto não faz sentido. Perguntou porque se aceitar candidaturas de instituições que não são da União de Freguesias, se os projetos são concretizados na União. No ano anterior havia essa dúvida, mas não houve esclarecimento. Há coisas que não parecem ser prioritárias, e outras que deveriam ser mais aproveitadas. Deu como exemplo “Manga a Pé” questionou em que este projeto pode beneficiar a União de Freguesias, Qual o objetivo e o benefício desta atividade para os fregueses? -----

Presidente da Junta – Informou a Sra. Deputada que é uma delegação de competências da Câmara, que é aprovado em Assembleia Municipal e encaminhada à Junta. A Junta ou aceita ou não. E nesses termos está que pode ser apoiada uma Associação fora da Freguesia, desde que desenvolva um projeto dentro da união de Freguesias. Quanto às associações e os seus projetos não fala porque ele não faz parte do júri e acredita no trabalho do júri. Analisar cinquenta candidaturas e apoiar vinte e sete, não é fácil e tenta a total confiança na equipa que compõe o júri. Informa ainda que a ATA e a minuta da eleição do júri estão no site da União de Freguesias e um elemento foi trocado este ano. -----



OK D.1



União de Freguesias
de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé,
Miragaia, São Nicolau e Vitória.

Teresa Martins (BE) – Começou por agradecer o trabalho desenvolvido por todas as pessoas no processo. Mas a questão não é o processo, entende que é uma delegação de competências, mas em nenhum lado essa delegação diz ser proibido que o executivo consulte a Assembleia, para a constituição do Júri, ou até mesmo para se pronunciar em relação ao regulamento mesmo sem direito a voto. Não tem havido oportunidades de darem sugestões em relação ao regulamento, aos pressupostos que servem para decidir que candidaturas são ou não elegíveis para terem apoio. Não se pode pronunciar sobre os resultados e sobre as seleções apenas confiar no que é feito. Tem apenas um papel figurativo e como tal vai votar sobre algo que não tem possibilidade de intervir de alguma maneira. O Bloco de Esquerda considera este apoio importante para as associações e por essa razão, votam favoravelmente. -----

Natacha Meunier (PAN) – Começa por dizer que apesar do relatório estar aquém das expectativas que foram transmitidas ao longo dos últimos anos de mandato, merece uma nota positiva. Há uma tentativa de maior diversificação dos projetos a apoiar e contente por haver um projeto que apoia o bem-estar animal, que já havia sido apoiado no ano anterior. No entanto subscreve algumas das críticas que foram já mencionadas, nomeadamente a participação desta Assembleia neste processo, e tal como já foi dito anteriormente, era produtivo no que fosse possível melhorar. Não havendo acesso ao regulamento que o Júri seguiu para atribuir a pontuação. Fica mais difícil tecer uma opinião mais fundamentada. Sobre o relatório, não deixa de notar que em disparidade com anos anteriores não tiveram a apresentação de nenhum membro do júri, seria uma forma de conhecerem um pouco como foi esse processo de júri e o que levou a apoiar cada candidatura. No entanto também o PAN vota a favor porque não deixa de ser um apoio absolutamente fundamental às associações. Em relação ao que o Deputado da CDU mencionou de algumas Associações não conseguirem candidatar-se devido à burocracia que existe em todo o processo, informou que conhece uma, a Associação Gandaia que tinha um papel cultural e de inclusão na União de Freguesias, e que acabou por fechar. -----

Fernando Oliveira (PS) – Fez uma pergunta ao Sr. Presidente da Junta, página vinte um, sobre o item, eixo cultura e animação, Associação Desportiva e Recreativa do Recife, quando viu isto pensou que era uma Associação do Brasil, viu o site e não tem publicações desde 2009, fotografias somente uma e ficam sem saber o que esta Associação faz. -----

Presidente da Junta – Respondeu que a Radio Metropolitana Portuense está ligada a esta empresa. -----

Sandra Mondim (PS) – Pergunta ao Sr. Presidente da Junta sobre a Associação Jade Portugal, que é da Freguesia de Aldoar, o que este projeto vai refletir na União de Freguesias? Também em relação à Universidade Popular do Porto, tendo em conta o que aquilo parece, o projeto que apresenta e tendo em conta o que foi dito no início desta Assembleia, pergunta à Junta e à Mesa, porque não aproveitar e pedir a esta Associação ajuda em termos de poder haver Assembleias de Freguesias em direto. -----

Presidente da AF – Deu por concluído o debate neste ponto e passou à votação do Ponto 2 da Ordem de Trabalhos “Apreciação e Votação do Relatório Final do Fundo de Apoio ao Associativismo portuense edição 2024” cujo a votação foi a seguinte: Votos a favor 15. Sendo 6 do Aqui Há Porto – RM, 4 do PSD, 2 da CDU, 2 do BE e 1 do PAN. Abstenções: 4 do PS. Votos contra 0. Este Ponto foi Aprovado. -----

Presidente da AF – Deu início ao Ponto 3 da OT Apreciação e Votação da 2ª Alteração Modificativa (Revisão Orçamental) de 2024 – Inscrição do saldo de gerência de 2023 -----

Presidente da Junta – Disse que o ano anterior foi um ano cheio de atividades, e tiveram um saldo de gerência que está a ser discutido, a introdução desse saldo no orçamento deste ano.





União de Freguesias
de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé,
Miragaia, São Nicolau e Vitória.

Os edifícios da Junta precisam de obras, o Edifício da Rua Comércio do Porto já tem um projeto de colocação de elevador até ao auditório, as janelas estão a cair, com as partes de madeira a soltarem-se e com isso poder provocar a queda das janelas. É um edifício com muitas janelas e por isso ficará bastante caro a troca das janelas todas. Há também o Edifício de São Bento da Vitória com alguns moradores a queixarem-se de infiltrações e que a Junta tem tentado resolver, possivelmente uma troca de janelas irá ajudar. O Edifício de Carlos Alberto também a precisar de obras, o Edifício da Sé a precisar de obras com infiltrações de água, estes edifícios precisam de uma intervenção rapidamente. Lembrou aos Senhores Deputados que quando tomaram posse a União de Freguesias não tinham dinheiro para pagar ordenados. No entanto agora estão a discutir, são contas sérias, transparentes que apesar de toda a atividade da União e não é pouca, conseguiu reunir condições para recuperar o património desta Junta, e não são poucos os edifícios a necessitar de obras. Informa os Deputados que o Edifício que estão, estão a montar andaimes, que as janelas vão ser todas substituídas por PVC com vidro duplo e os equipamentos de ar condicionado vão ser novos. Porque as colaboradoras sentem quando é frio e fica muito tem de ligar os aquecedores e quando é calor tem de ligar ventoinhas e a nível de sustentabilidade irá haver diferença menos gasto de energia. E só nisto já está uma parte do dinheiro aplicado. -----

Vítor Vieira (CDU) – Disse que há um mau entendimento do senhor Presidente, sobre o que é um saldo de gerência. Um saldo de gerência quer dizer que não se aplicou no ano um conjunto de verbas que agora naturalmente poderão vir ou não ser aplicadas este ano. Não significa que a existência de um saldo de gerência, signifique uma melhor ou pior gestão, mas há aqui uma característica, o documento que é entregue tem duas páginas a explicar o que é uma alteração orçamental modificativa e qual a legislação em causa, e não diz mais nada do que isto. Só diz que é uma alteração orçamental modificativa, vulgo revisão orçamental, como era antigamente conhecida. Depois os três mapas uma das alterações ao orçamento da receita, outra da alteração ao orçamento da despesa e uma da alteração ao plano plurianual de investimentos. Aqui o Senhor Presidente veio falar de um conjunto de obras, achou curioso não ter referido as creches porque há um reforço de setenta mil euros para creches. Falou das obras de beneficiação e conservação que já tinha setecentos e cinquenta e oito mil euros que que são agora reforçadas em mais de centos e nove mil euros. Seria útil saber em que se vão aplicar essas verbas. Se estivesse devidamente inscrito no texto de enquadramento, não é preciso saber as normas legais, mas saber em que se vai gastar o dinheiro. Faz confusão, ter a data da aprovação desta inclusão como receita do saldo de gerência a 19 de junho, a data da reunião da Junta. Apreciação e votação da proposta da segunda alteração orçamental modificativa, deliberação, apreciação e votação da proposta aprovada por unanimidade. Noutro documento a informação periódica que é acompanhada de um resumo da execução da receita de despesa que tem a data de 9 de junho, são dez dias antes e depois se vê total de outras receitas, saldo de gerência anterior, portanto não se percebe o saldo de gerência anterior é para incorporar a 19 de junho ou se já tinha sido incorporado a 9 de junho. Pede um esclarecimento em relação a isto. E deixa a sugestão para no futuro em vez de ser mencionada a legislação que se aplica, fosse mencionado e que se vai aplicar o dinheiro. -----

Presidente da Junta – Respondeu ao Deputado, que o executivo deliberou propor à Assembleia a inclusão da alteração orçamental, que seja feita hoje após a deliberação desta Assembleia. Foi combinado aqui que quando houvesse dúvidas técnicas, pelo Senhor Presidente da Assembleia nos facultassem essas dúvidas para serem respondidas pelos técnicos. -----



União de Freguesias
de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé,
Miragaia, São Nicolau e Vitória.

Vítor Vieira (CDU) – Disse que já foi várias vezes dito pelo Sr. Presidente que foi acordado, não concordou em lado nenhum que houvesse uma distinção em que se falava de coisas técnicas num sítio e de coisas políticas noutro. As questões devem vir bem estudadas para que haja respostas. Se não tivesse analisado os documentos e reparado na data, teria passado despercebido. As questões são para ser colocadas aqui publicamente por todos. Se há um erro crasso que se deteta, pode haver uma atitude de boa educação e chamar atenção, que há algo que não está bem. E gostava de perceber porque é que no dia 9 de junho já está introduzido na contabilidade o saldo de gerência. Está na informação financeira foi o sr. Presidente que assinou. -----

Fernando Oliveira (PS) – Disse que em relação às obras passa de cerca de setenta e nove mil euros para cerca de duzentos e cinco mil euros, são obras de beneficiação, que são obras necessárias fazer em alguns edifícios. Portanto garante que este valor é para obras. E o Sr. Presidente disse que já estão a montar andaimes em alguns destes edifícios, a questão é se ainda não foi aprovado o documento é estranho que já estejam a ser montados os andaimes, qual a explicação? Há também uma rubrica Casa Solidária, gostaria de saber o que é isto e a que se deve o aumento desta rubrica de dois mil euros para trinta e dois mil euros. -----

Presidente da Junta – Respondeu que já estava previsto no orçamento que foi aprovado no ano passado, tinha previsto cabimentação para obras, e como já tinham esse saldo para obras, avançou com esse dinheiro. O que vai ser introduzido agora não é para estas janelas é para a Rua Comércio do Porto. O que é a Casa Solidária, no balneário do Viriato, que está no Jardim do Largo do Viriato, foi feita a proposta ao Executivo Municipal, e este concedeu o espaço desde que a Junta faça as obras necessárias. Vai haver alterações dentro, a tem seis balneários de cada lado e que praticamente não funcionam, antigamente eram necessários, mas hoje não tem utilidade. Vai ser reduzido a dois balneários, vai ficar o Banco Social e ainda ter um cabeleireiro a cortar cabelo a pessoas em situação de sem-abrigo de quinze em quinze dias, trocaram de roupa, e tomar banho. Vai ter um placar grande a dizer Casa Social da União de Freguesia. É um equipamento bonito e que pode dar mais respostas a nível de lavandaria. Foram colocadas máquinas novas de lavar e secar, tanto lá como nos outros equipamentos da Junta. Aquele local pode servir melhor as pessoas em situação de sem-abrigo. Por essa razão vai precisar de algumas obras e a rubrica aumentou no valor. -----

Fernando Oliveira (PS) – Referiu que se esqueceu de mencionar uma questão que está na rubrica creches, a menos que tenha percebido mal. O Sr. Presidente quando se referiu às obras, mencionou o prédio Carlos Alberto, pensa que seja o edifício da creche. -----

Presidente da Junta – Disse que é o prédio ao lado onde funcionava a Junta, onde infiltra água é na biblioteca das coisas. -----

Fernando Oliveira (PS) – A pergunta é creches a outra rubrica porque passou de três mil euros para setenta mil euros? -----

Presidente da Junta – Disse que ainda não desistiu de abrir creches. Existe o Miminho, tem estado a ver com a Câmara Municipal porque o espaço é municipal e o equipamento é da Junta. Mas quando um equipamento está em espaço municipal, faz parte integrante do município e como precisa de uma reconstrução total do equipamento, o que lá está já não cumpre as regras que a segurança social impõe para creche. E com a poupança que tem sido feita pela Junta ainda não desistiu de encontrar um sítio onde possa gastar algum dinheiro se necessário e abrir uma creche para dar resposta nesta União de Freguesias. Se não encontrar sítio, o dinheiro terá outro destino. -----

Natacha Meunier (PAN) – Disse que face a esta apresentação que o Sr. Presidente fez, e o facto de haver um saldo positivo para entregar nas contas deste ano. Deixa o repto, tem a



oportunidade de reunir com o Sr. Presidente na altura do Estatuto de direito à Oposição e apresentar uma série de propostas para que a Junta possa implementar ao longo desse ano. E de acordo com o orçamento que vai apresentar. A justificação que o Sr. Presidente tem dado para não incorporar as propostas que o PAN tem feito é a falta de orçamento ou de cabimento orçamental. Como exemplo a construção de um parque canino na Freguesia, reforçando os espaços verdes dentro desta Freguesia que são praticamente inexistentes. O novo projeto para a Praça da República, vai aumentar bastante os metros cúbicos de cimento. E também houve um plano que foi aprovado nesta assembleia, que é um plano plurianual pelo bem-estar animal. O sr. Presidente, falou inclusive na criação de um gabinete animal e que para avançar com isso precisava apenas de orçamento. Até ao momento não chegou nenhuma informação sobre ter feito isso, assim lanço o repto para que possa fazer com o excedente orçamental, algo que seja inovador para a Junta e que também faça falta não só para quem vai nascer e acredito que as creches sejam importantes, mas também se viver nesta Junta passar a ser incomportável, não vai haver muita utilidade nas creches, mas para quem cá vive possa ter qualidade de vida nesta Freguesia. -----

Presidente da Junta – Respondeu à questão do gabinete animal, vai propor que toda as pessoas que venham a inscrever o seu animal na Junta, as vacinas sejam pagas pela Junta, um incentivo grande para que as pessoas inscrevam os seus animais em troca das vacinas. Os parques caninos, etc., etc. nem que tivesse todo o dinheiro do mundo não há espaço, nem terreno, a Junta não é dona de terrenos. Cabe à Câmara Municipal fazer um dia uma coisa dessas. -----

Ricardo Baptista (PSD) – Disse que em relação à inclusão, à retificação, tem algumas dúvidas e que podem ser facilmente esclarecidas. Sendo despesa de capital que se está a considerar, quer isso dizer que estão a aumentar o património da Junta? Fica na dúvida se o balneário que vai investir vai ser da Junta, é uma despesa de capital. Caso não seja da Junta então não é uma despesa de capital. É essa a dúvida. E o mesmo com as creches, vai investir nas creches da Junta que já existem? Vão ser feitas obras em alguma coisa. Não é investir na creche para aumentar. Uma valência de creche não é para despesa para beneficiação de creche. Ou é para compra de edifícios? Isto são despesas que vamos fazer em equipamentos da Junta, não arrendados. Dizer despesa capital tem de fazer investimentos em edifícios da Junta e não arrendados. -----

Presidente da AF – Deu por concluído o debate neste ponto e passou à votação do Ponto 3 “Apreciação e Votação da 2ª Alteração Modificativa (Revisão Orçamental) de 2024 – Inscrição do saldo de gerência de 2023” cujo a votação foi a seguinte: Votos a favor: 14, sendo 6 do Aqui Há Porto – RM; 4 do PSD; 2 da CDU e 2 do BE. Abstenções: 5, sendo 4 do PS e 1 do PAN; Votos contra: 0. Este ponto foi aprovado. -----

Presidente da Junta – Agradeceu a confiança, que a Assembleia tem no Executivo e no trabalho. Relembra que agora discute-se obras de benfeitorias pelo património da Junta e não falta dinheiro. -----

Presidente da AF – Deu início ao Ponto 4 da OT Apreciação e Votação do Contrato de Cedência Temporária entre o Município do Porto e a União de Freguesias de Cedofeita, Sto. Ildefonso, Sé, Miragaia, S. Nicolau e Vitória do prédio sito na Rua de São Bento da Vitória, com entrada no nº 62. -----

Presidente da Junta – Disse que vão refazer um contrato que já existe com a Câmara Municipal, mas com novas cláusulas e que vai permitir cedências a terceiros. Desta forma traz à Assembleia o novo contrato para assinar com a Câmara. -----

Ag
PBM





União de Freguesias
de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé,
Miragaia, São Nicolau e Vitória.

Teresa Martins (BE) – Quis confirmar porque não se disse se este é o edifício no qual se pretende abrir um centro convívio e que depois vai ser cedido ao Centro Social e Paroquial Nossa Senhora da Vitória. -----

Presidente da Junta – Explicou que a cedência já veio à Assembleia à Paroquia Nossa Senhora da Vitória, está a repor juridicamente a situação. A Junta não fez uma Sessão de posição, e continua a pagar a renda à Câmara. O que a Junta está a propor é um novo contrato e depois virá à Assembleia um novo contrato de cedência. -----

Teresa Martins (BE) – Faltam os anexos que não vieram: Documento Segurança Social, Planta e o documento da cedência. Mas fica esclarecido que é o mesmo edifício que vai ser cedido ao Centro Social e Paroquial Nossa Senhora da Vitória. -----

Ficou decidido que o Sr. Presidente vai enviar os anexos em falta. -----

Fernando Oliveira (PS) – Disse que ficou sem perceber do que foi dito se o espaço vai continuar a estar cedido ao Centro Social e Paroquial Nossa Senhora da Vitória. Também queria saber uma vez que o espaço está cedido ao CSPNSV, quais atividades é que tem vindo a ser desenvolvidas? -----

Presidente da Junta – Disse que a Paróquia Nossa Senhora da Vitória, continuará a merecer a consideração e confiança do executivo, mas terá de passar pela assembleia, que decide e é soberana. Quanto ao equipamento, ainda não abriu porque há exigências da segurança social, acessibilidade, rampas, casa de banho para ser um centro de convívio da paroquia. Não abriu porque ainda estão a fazer obras, foram eleitas no ano anterior no colaborativo. Está-se a pôr os contratos em ordem, para que o Monsenhor Jardim possa conseguir o protocolo com a segurança social. -----

Presidente da AF – Deu por concluído o debate neste ponto e passou à votação do Ponto 4 Apreciação e Votação do Contrato de Cedência Temporária entre o Município do Porto e a União de Freguesias de Cedofeita, Sto. Ildefonso, Sé, Miragaia, S. Nicolau e Vitória do prédio sito na Rua de São Bento da Vitória, com entrada no nº 62, cujo a votação foi a seguinte: Aprovado por unanimidade dos presentes. -----

Presidente da AF – Deu início ao Ponto 5 Apreciação da Informação do Presidente sobre a atividade desenvolvida na Autarquia relativa ao período de 1 de abril e 31 de maio. -----

Presidente da Junta – Diz que está toda a atividade espelhada, todo o trabalho desenvolvido pela Junta, as colaboradoras fantásticas, assistentes sociais, as Freguesias ativas, os coros, foram abertos dois coros. Um na quota de cima que funciona na Associação de Moradores da Bouça e outro na quota de baixo. Aulas de Tai Chi, de dança para todos, zumba e tudo gratuito para os fregueses porque acham que apostar no desporto é poupar na saúde. Tem sido feito reuniões com algumas empresas de torniquetes como de limpeza para conseguir dar resposta aos sanitários. E hoje (28/06) foi aberto um novo sanitário. Esta informação trimestral é relativa. Em relação aos sanitários da União de Freguesias era importante que abrissem aos sábados e domingos, mas o quadro de pessoal é insuficiente para que possam ter os sanitários todo esse tempo abertos. A solução passa por colocar torniquetes nos sanitários de maior afluência como existem na Estação de São Bento e ter uma empregada de limpeza de uma empresa permanente, para servir a população incluindo sábados, domingos e até às sete horas da noite. Temos trabalhado no sentido de fazer atividades com os idosos da união com os ATL'S da união. Os senhores deputados observam que tem sido uma Junta muito ativa e agradece à equipa de colaboradores desta Junta. -----

Teresa Martins (BE) – Tem duas questões em relação ao Centro de Convívio e CATL'S, saber como é constituída a equipa técnica de ambos e quantas pessoas é que estão a usufruir destas respostas, porque não diz no documento. Faz uma nota positiva para a tentativa de explicitar





União de Freguesias
de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé,
Miragaia, São Nicolau e Vitória.

as atividades desenvolvidas no âmbito dos protocolos e das parcerias, considera que o simples facto de enviar um email para as entidades a pedir esse report, é importante. Porque isto faz com que as próprias entidades percebam que é suposto que aconteça alguma coisa a partir das parcerias e desses protocolos e é um esforço que a União, o Executivo passou a fazer e que deve continuar a tentar trazer essa informação e incluí-la no relatório trimestral. -----

Vítor Vieira (CDU) – Disse que é mais um documento chapa 5 a listagem da agenda do Senhor Presidente como habitual. Era possível ter sido um pouco mais clarificador. Agora que se falou nos torniquetes, ficou a perceber porque na página 2 refere a visita aos sanitários de Filipe Nery com um comercial da empresa SISNID, uma empresa de sistemas de controlo de acessos, portanto vai fazer como a CP para os sanitários. Mas há coisas que ficaram de fora, há duas referências a 24 de abril e a 8 de maio, reunião com representante da empresa de RGPDE, ficou sem saber para que foi a reunião. Há duas reuniões com candidatos do CEI (contratos de emprego e inserção), uma coisa tenebrosa, que cria a ilusão às pessoas que estão a arranjar trabalho quando não vão ter nenhuma vantagem por usufruir do programa CEI, o tempo não conta para a reforma, não fazem descontos, e são tipicamente autarquias e IPSS que recorrem aos CEI e que os fazem trabalhar cinco dias da semana, a tempo completo, nem sequer lhes dão o dia por semana que legalmente tem direito para arranjar trabalho. Espera que a Junta não esteja a criar a ilusão para estarem a desempenhar uma tarefa que deve ser desempenhada por um trabalhador permanente, que é para trabalhar aos fins de semana nos sanitários. Espera ainda ser informado de quantos trabalhadores do Município estão sob as ordens da Junta de Freguesia, a serem pagos pelo orçamento municipal como previsto no contrato Interadministrativo, delegação de competências que ao longo de múltiplas versões, nunca alterou essa cláusula. Havia treze passaram a onze, mas agora não se sabe se esses trabalhadores continuam a prestar serviços e em que condições. No dia 20 de maio há um contato com uma proprietária de um estabelecimento na Rua de Cedofeita, mas essa rua tem um certo tamanho e um conjunto de lojas, portanto imagina que seja uma das duzentas ou trezentas que ali existem. Não se sabe a que propósito, será que é uma das pessoas que está a ocupar dos espaços que pertencem à Junta de Freguesias no âmbito do legado que serviria para pagar as escolas? Não sabe, não está claro nada disso. No site, a última minuta de ata é a número 80, e com os documentos desta sessão foram enviadas cópias da minuta 84 e 87. A minuta 84 refere quatro novos protocolos aprovados nessa sessão. Fez uma listagem de todos os protocolos detetados e colocou a amarelo aqueles que não se sabe nada, porque não estão no site e são bastantes. No final da informação estão três entidades com informações que enviam relatórios como constaria dos protocolos rubricaram, são: Instituto Multimédia, Fundação Comunidade contra a SIDA, Residência Rainha Santa Isabel, olhando para esse mapa deveria haver cinco relatórios trimestrais a acompanhar a informação. Onde ficaram? Não acompanham a informação. Há o caso de um espaço cedido a uma entidade a Entreaajuda, mas sempre que lá passa não vê movimento, nem sabe se há atividade. Seria útil saber o que se passa nas lojas e espaços cedidos. Na minuta 87 está referida a criação de uma Comissão de Freguesias na União de Freguesias. Gostava de ser esclarecido. Quanto às questões financeiras para além da divergência que já foi referida anteriormente referente ao dia 9 incluindo o saldo de gerência, no mapa não há registo de ter recebido nenhum valor de receita capital, a execução global da receita é baixa 34%. Algo inusitado previa-se receber cem euros de rendimentos de propriedades, mas já vai em seis mil e cem euros. Seria útil aproximar mais os valores previstos dos valores que depois aparecem. Na parte da despesa regista-se que foi adquirido algo no valor de treze mil euros, mas não se sabe em quê. -----





União de Freguesias
de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé,
Miragaia, São Nicolau e Vitória.

Natacha Meunier (PAN) – Disse que relativamente à informação prestada, tem apenas a assinalar que mais uma vez não tem informação contextual das atividades que são apresentadas. Continua a achar que é apresentada uma listagem de atividades, mas ficam sem saber qual o seguimento dado às reuniões, quais as conclusões das atividades que são seguidas e das ânsias dos fregueses que consultam a Junta para resolver os seus problemas e fica-se sem perceber qual o seguimento dado nessas reuniões e a esses pedidos de ajuda. Menciona também que mais uma vez na informação trimestral vem apontada a crise da habitação, ou seja, continua-se a ignorar o elefante gigante na sala. Esta União de Freguesias é sem dúvida uma das Uniões mais afetadas pelo flagelo da falta de habitação que se tem vindo assistir. No relatório indica que as assistentes, devem ser elas que escrevem sobre esta parte do atendimento, indicam que a grande maioria dos atendimentos é sobre a habitação. É relativo a pedidos de pessoas que o contrato não é renovado, e que vão ser despejadas. E há uma inércia gigante da Junta, quanto mais não seja a pressionar de forma séria a Câmara Municipal para criar um plano específico para a Junta, um plano de emergência desta crise habitacional, para que não continuar a assistir como tem sido nos últimos anos a completa desertificação de habitantes nesta Freguesia. A grande maioria das pessoas que passa pela Junta já não reside na Freguesia e os que ainda habitam estão a ser despejados. -----

Fernando Oliveira (PS) – Referiu que na página três da informação trimestral refere que a 17 de abril houve uma reunião com o representante da Rádio Metropolitana do Porto, ficou na dúvida se não era melhor estar aqui Associação Desportiva e Recreativa do Recife, ou as duas coisas, assim sabia-se do que se estava a falar. A pergunta é se a reunião foi a pedido do responsável da Rádio Metropolitana do Porto ou se foi a pedido da Junta? Passando á página trinta e quatro tem um mapazinho de cedência de espaços, e ainda á pouco se falou na cedência do espaço São Bento da Vitória que foi aprovado em protocolo de cedência ao CSPNSV por parte da Junta, porque não está referência a essa cedência desse espaço a esta Instituição? O rancho Douro Litoral o espaço foi cedido pela Câmara Municipal à Junta e a Junta cedeu ao Rancho, por isso são coisas idênticas. E como está a situação do Rancho Douro Litoral? -----

Ricardo Baptista (PSD) – Disse que em relação ao relatório há pouco cuidado ao fazer isto, porque são colocadas coisas de qualquer maneira. Por exemplo página seis reunião com representante da empresa de RGPD, RGPD é uma empresa? Pensa que ano. Na página oito, o Sr. Presidente teve uma reunião por acaso, muito boa que foi no dia 28 de maio, foi uma reunião com muita piada, porque diz: “reunião com Graça – Sabor Latino”, foi uma reunião bastante engraçada, ou a Graça é a senhora. Acha que há pouco cuidado e pouco respeito com as pessoas. Segundo esta listagem toda não encontra uma reunião municipal, nenhuma assembleia municipal que o Sr. Presidente tivesse ido. Na listagem não encontrou. Nas partes cedidas falta por exemplo Modus de Ver, ou ainda como é que é a parte do boxe, pensa que também estava cedido e não está mencionado. Mais uma vez há falta de cuidado ao fazer isto. Se for ao relatório, nem sabia que havia um protocolo com o Narciso, porque o Narciso fez um relatório de um protocolo com ele, não diz qual a empresa, qual a coletividade, quem é ou a quem se refere este relatório. E por fim, já perguntou várias vezes onde está o Porto Histórico, o que é o Porto Histórico? Disse há uns tempos que ia aparecer no relatório de informação trimestral. Era uma coisa importante e foi feitas várias discussões, mas nunca viu atividade, nem qualquer relatório que estava na cabeça do sr. Presidente. -----

Presidente da Junta – Disse que o PSD sempre votou contra o Porto Histórico, e agora acham importante, votaram contra a marca Porto Histórico. Há um erro é verdade, e é pena que em vez de se tirar ilações, se venha criticar um trabalho árduo das colaboradoras da Junta, porque





União de Freguesias
de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé,
Miragaia, São Nicolau e Vitória.

eu não faço esta informação trimestral sozinho, e é ingrato virem falar sobre a reunião com a Graça do Sabor Latino, tem pena que não reconheçam o trabalho que é feito pelas colaboradoras, que gozem e brinquem com o trabalho delas. Elas trabalham demasiado e falham tem o direito de falhar, porque ele também falha e toda a gente falha. Mas não é bonito quando se mete uma reunião com um RPGD, as pessoas preferiam o nome da empresa, foi cometida a gaffe de pôr o nome da empresa dos torniquetes, porque não devia por os nomes das empresas, mas sim colocar o teor e isso era RPGD. O protocolo do Narciso foi um erro das colaboradoras que recebeu da profitecla do Professor Narciso o relatório trimestral do Porto Histórico como sendo do Narciso, mas coitada da colaboradora. O sr. Deputado veio ironizar e não dialogar. Disse que ele era o culpado e responde se puder, se não puder não responde. E é o culpado de tudo o que está errado na Junta, assume a responsabilidade do documento, mas toda a gente falha, não precisava ironizar. A dona Graça é a proprietária do Sabor Latino. Se fosse dedicar-se 100% a este documento, não dava para ser pormenorizado com a informação trimestral. Rancho Douro Litoral, foi deliberado a entrega do Rancho, não há qualquer atividade, e já foi transmitida essa informação para os srs. Deputados. Não entregam o espaço voluntariamente, e a Junta está a pagar a água e a luz, o próximo passo é mandar cortar a água. Porque por cima tem um prédio de habitação social e está um caos. É apetecível aquele espaço, e qualquer que seja a associação que vá para lá é apelativo para a venda de cerveja, e fazer um café, são centenas de pessoas. Qualquer associação que vá para lá vai aproveitar a movimentação e isso causa o caos aos moradores. Quanto á inercia na habitação, esta Junta é a única da cidade do Porto que se candidatou ao PRR para aumentar a habitação ou oferta de habitação no centro histórico do Porto. A senhora deputada não estava aqui, mas a sua colega votou favoravelmente. E agradecemos ao PAN, porque o resto da Assembleia não votou favorável. É uma preocupação desta Junta. Tem sido uma preocupação enorme, que nas reuniões que tem com as assistentes sociais e com as pessoas, porque gostava de poder fazer mais. Por isso não estamos inertes. O encontro foi com um comerciante, porque se fosse inquilino, teria sido encontro com inquilino, ou com detentor de espaço cedido. Foi um comerciante, e dos problemas dos comerciantes de Cedofeita e veio propor situações. Os protocolos, fala com os serviços para meterem os protocolos e ele é responsável. Os protocolos em falta vai falar com as colaboradoras para saber porque não estão no site. Não podem obrigara as associações a enviar relatórios, podem pedir. Só existe um Centro de Convívio que é em Oliveira Monteiro tem entre dez e doze pessoas todos os dias, mas no dia de dança e de Tai Chi ultrapassa as trinta pessoas que usufruem e de forma gratuita. CATL'S, quando a Junta tomou posse eram cerca de quarenta e cinco meninos inscritos a pagar oitenta e cinco euros mês, neste momento estão cerca de cem meninos a pagar sessenta e cinco euros mês. Esta Assembleia aprovou a baixa de preço de oitenta e cinco euros para sessenta e cinco euros e aumentou em dobro as respostas às famílias da União de Freguesias, inclusive este ano foram abertas inscrições ao quinto ano do Rodrigues de Freitas e ao Quinto do Conservatório de Música, e está a prever abrir uma sala de estudos na Escola Rodrigues de Freitas com professores de Matemática, Inglês e Português. Face a proposta do PSD vai ter aulas de literatura e aulas de Inglês, que vai ser aberta à comunidade escolar da União de Freguesias, ou seja, não é só para alunos daquela escola, mas apos falar com o diretor da escola a sala de estudos com esses professores estará aberta à União de Freguesias e a todos os alunos que queiram usufruir. -----

Fernando Oliveira (PS) – Disse que em relação à intervenção do Sr. Presidente, sobre as falhas que ele próprio disse que só não erra quem está no sofá. E que o Presidente tentou culpabilizar as colaboradoras, ele não ouviu nenhum deputado da Assembleia referir-se às



colaboradoras da Junta de Freguesia. Quem falou nas colaboradoras foi o Sr. Presidente da Junta, numa tentativa de sacudir a água do capote, mas não funciona, porque o Sr. Presidente da Junta é o responsável por todos os documentos que são trazidos à Assembleia. Tentou sacudir a água do capote, colocando na ordem do dia no que diz respeito às falhas que existem e quem tem de ter mais rigor e brio na apresentação destes documentos que são trazidos à Assembleia é o Sr. Presidente. -----

Presidente da Junta – Disse que o Sr. Deputado não disse nada, não veio fazer nada. Veio afirmar uma coisa que eu não disse. O que disse foi quando os senhores deputados vem aqui, devem fazer perguntas e não ironizar com o que está escrito. Não falou para o Sr. Deputado, mas sim para o outro Deputado que ironizou com os erros que estavam lá, erros que foram cometidos e não foram vistos por mim e foram cometidos por alguém, esse alguém deve estar a sentir muito mal por ouvir o que ouviu. Está sempre na defesa das colaboradoras e por isso falou que não era bonito vir colocar as coisas da maneira que as colocam. Uma coisa é sentir dúvidas outra é colocar da maneira que coloca. -----

Natacha Meunier (PAN) – Dirigiu-se ao Sr. Presidente se tem uma equipa que é o executivo que é responsável por compilar esta informação, porque é informação do executivo, não é dos serviços da Junta. Pelo menos é assim que é apresentado na convocatória. É o relatório do executivo, a questão é se efetivamente não tem um executivo que o apoie para enviar esta informação? E se não tinha contratado uma assistente precisamente para estas questões? -----

Ricardo Baptista (PSD) – Disse que não ia alimentar esta discussão nem é isso que quer fazer. Não está a criticar as funcionárias da Junta. Quem envia esta informação, quem aprova, quem lê é o Sr. e o seu executivo. Se ano fez um documento direito, a culpa é sua e não estou a comentar qualquer documento feito ou produzido pelos funcionários da Junta. Este documento é produzido pelo Sr. Presidente, que é responsável por isto e pelo que escreve, porque aquela tabela foi o Sr. Presidente que a enviou por email. -----

Abílio Santos (PS) – Em relação à habitação diz que os utentes estão a receber cartas para não renovar o contrato da habitação. A questão que eu coloco, porque não renovam? -----

Presidente da Junta – Respondeu que os senhorios privados se opõem à renovação do contrato. É a lei geral do arrendamento, que possibilita ao proprietário a não renovação, e os inquilinos ficam numa situação desagradável e recorrem à Junta. E a Junta tenta encaminhar as pessoas para os concursos e renda acessíveis, mediante os rendimentos das pessoas encaminham-nas para o sítio certo ou para concorrerem ajudam a elaborar todos os processos para a habitação. Habitação social ou habitação de renda acessível mediante os rendimentos de cada agregado. -----

Presidente da AF – Deu por terminada as intervenções. Informa que dá por concluída a O.T. De imediato informou os Srs. Deputados que iriam proceder à leitura da Minuta da Ata para ser votada. A Minuta foi aprovada por unanimidade. De seguida o Sr. Presidente da Assembleia deu por encerrada a Sessão. -----

Edifício de Santo Ildefonso, Assembleia de Freguesia da União de Freguesias de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé, Miragaia, São Nicolau e Vitória, 28 de junho de 2024, pelas 00,30 horas. ---



União de Freguesias
de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé,
Miragaia, São Nicolau e Vitória.

O Presidente:

Paulo António Constantino do Espírito Santo

O 1º Secretário em exercício:

Paulo António Constantino do Espírito Santo

O 2º Secretário em exercício:

Paulo António Constantino do Espírito Santo

